

FUNPRESMO

Fundo de Previdência Social de Mossâmedes

Mossâmedes – Goiás

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Solicitação de: ☐ Aposentadoria ☐ Pensão por Morte ☐ Simulação de
Aposentadoria

IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE / REQUERENTE

Campo	Informação
Nome completo	
CPF	
Matrícula funcional	
Data de nascimento	
Cargo / Função	
Endereço	
E-mail/Telefone	
Tipo de solicitação	☐ Aposentadoria voluntária ☐ Aposentadoria por invalidez ☐ Aposentadoria voluntária ☐ Aposentadoria por incapacidade permanente ☐ Aposentadoria especial do magistério ☐ Aposentadoria por idade ou proporcional

- | |
|--|
| ☐ Aposentadoria compulsória
☐ Pensão por morte
☐ Simulação de aposentadoria |
|--|

PREÂMBULO

O FUNPRESMO – Fundo de Previdência Social de Mossâmedes, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 07.197.685/0001-57, com sede na Avenida João Ferreira da Cunha, 631 – Mossâmedes/GO, é o controlador dos dados pessoais coletados para fins previdenciários, nos termos do art. 5º, VI, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e do art. 2º da Lei Complementar nº 01/2014.

Por meio desta Declaração, o requerente identifica-do acima toma formal ciência das seguintes informações sobre o tratamento de seus dados pessoais no âmbito do processo de solicitação de aposentadoria, pensão por morte ou simulação de aposentadoria junto ao FUNPRESMO.

1. Identificação do Controlador de Dados

O FUNPRESMO é o controlador responsável pelas decisões sobre o tratamento de dados pessoais dos segurados, dependentes e demais titulares, conforme art. 5º, VI, e art. 9º, I, da LGPD, Portaria MTP nº 1.467/2022 e art. 71 da Lei Complementar nº 01/2014.

Campo	Informação
Denominação	FUNPRESMO – Fundo de Previdência Social de Mossâmedes
Natureza Jurídica	Autarquia / Entidade de Direito Público Municipal
CNPJ	07.197.685/0001-57

Endereço	Av. João Ferreira da Cunha, nº 631 – Centro, Mossâmedes / GO – CEP 76150-000
E-mail institucional	contato@funpresmo.gov.br
Telefone	(64) 992296231
Responsável Legal	ROZELI – Gestora do FUNPRESMO
Encarregado (DPO)	contato@funpresmo.gov.br – (64) 99229-6231

2. Categorias de Dados Pessoais Coletados

O FUNPRESMO coleta dados pessoais estritamente necessários ao cumprimento de suas atribuições legais como RPPS Municipal, observado o princípio da minimização de dados (art. 6º, III, LGPD). As categorias de dados coletados variam conforme o tipo de solicitação:

2.1 Dados Cadastrais — coletados em todos os processos

- Nome completo, CPF, RG, data de nascimento, estado civil
- **Endereço** residencial, e-mail e telefone de contato
- **Título** de Eleitor e NIT/PIS

2.2 Dados Funcionais — coletados em todos os processos

- **Cargo**, lotação, matrícula e data de ingresso no serviço público
- **Tempo** de contribuição, histórico previdenciário e carreira funcional
- **Atos** de nomeação, posse, promoções, progressões e demais movimentações
- **Demonstrativos** de licenças médicas, afastamentos e licenças-prêmio

2.3 Dados Financeiros — coletados em todos os processos

- **Remuneração** de contribuição e histórico de contracheques
- **Fichas** financeiras mensais desde julho de 1994 (base de cálculo dos proventos)
- **Dados** bancários para crédito do benefício (agência, conta corrente ou conta-salário)
- **Valores** de contribuição previdenciária descontados ao longo da carreira

2.4 Dados de Saúde — coletados exclusivamente nas solicitações de Aposentadoria por Invalidez

⚠ Dados Sensíveis — Proteção Reforçada (art. 11, II, "b" — LGPD)

Dados de saúde são considerados dados pessoais sensíveis e recebem proteção reforçada. O FUNPRESMO os trata exclusivamente com base no cumprimento de obrigação legal (art. 11, II, "b", LGPD), adotando controle de acesso restrito, criptografia e segmentação de ambiente. O acesso é limitado aos servidores diretamente responsáveis pela análise do benefício e à junta médica oficial.

- **Laud** médico pericial firmado pela junta médica oficial (com indicação do CID e prognóstico)
- **Relatório** médico detalhado e exames complementares
- **Documentação** referente ao enquadramento da doença ou acidente entre os previstos nos arts. 13 e 14 da Lei Complementar nº 01/2014
- **Histórico** de licenças para tratamento de saúde

2.5 Dados dos Dependentes — coletados nas solicitações de Pensão por Morte

- **Identificação** completa dos dependentes: nome, CPF, RG, data de nascimento
- **Certidões** de casamento, nascimento e demais documentos comprobatórios do vínculo
- **Documentos** de comprovação de dependência econômica, quando exigível

- **Laudo** médico ou termo de tutela/curatela, se o dependente for inválido ou incapaz
- **Declaração** de união estável, se aplicável

3. Finalidade e Bases Legais do Tratamento

No âmbito do setor público, o tratamento de dados pelo FUNPRESMO fundamenta-se primariamente no cumprimento de obrigação legal ou regulatória e na execução de políticas públicas, conforme arts. 7º, II e III, e 23 da LGPD, dispensando consentimento nesses casos:

Finalidade	Base Legal (LGPD)	Diploma Normativo
Análise e concessão de aposentadoria e pensão por morte	Art. 7º, II e III – Obrigação legal / Política pública	CF/88, art. 40; Lei Complementar nº 01/2014
Cálculo dos proventos (média das contribuições)	Art. 7º, II – Obrigação legal	Art. 35 da Lei Complementar nº 01/2014; Lei Federal nº 10.887/2004
Simulação de aposentadoria	Art. 7º, II – Obrigação legal	Arts. 12 e 85 a 90 da Lei Complementar nº 01/2014
Perícia médica (invalidez)	Art. 11, II, “b” – Obrigação legal (dados sensíveis)	Art. 12, I; arts. 13/14 e 94 da Lei Complementar nº 01/2014
Habilitação de dependentes	Art. 7º, II – Obrigação legal	Arts. 7º, 28 a 33 da Lei Complementar nº 01/2014
Manutenção do cadastro previdenciário	Art. 7º, II – Obrigação legal	Lei nº 9.717/1998; Portaria MTP nº 1.467/2022

Prestação de contas e controle externo	Art. 7º, II – Obrigação legal	Lei nº 8.443/1992; TCE-GO
Cumprimento de decisões judiciais	Art. 7º, VI – Exercício regular de direitos	CPC; Lei nº 13.105/2015

Princípio da Finalidade (Art. 6º, I – LGPD)

Os dados coletados pelo FUNPRESMO são utilizados exclusivamente para as finalidades informadas nesta declaração. Qualquer uso diverso exigirá nova comunicação ao titular, salvo quando amparado por outro fundamento legal aplicável ao setor público.

4. Compartilhamento de Dados

O FUNPRESMO poderá compartilhar dados pessoais com terceiros apenas nas hipóteses previstas em lei (arts. 26 e 27, LGPD), sempre com o objetivo de cumprir suas atribuições previdenciárias ou obrigações legais:

- **Ministério** da Previdência Social (MPS/MTP): envio de demonstrativos obrigatórios (DPIN, DAIR, Extrato Previdenciário) e registros no CADPREV.
- **Tribunal** de Contas do Estado (TCE/GO): prestação de contas e atendimento a diligências e determinações.
- **Poder** Judiciário e Ministério Público: em cumprimento a ordens judiciais ou requisições legais formais.
- **Prefeitura** Municipal: repasses de folha, conciliação de contribuições e dados funcionais dos servidores ativos.
- **Instituições** financeiras: exclusivamente para crédito de benefícios previdenciários.

- **Junta** médica oficial: para fins de avaliação pericial, restrito ao necessário para emissão do laudo (Aposentadoria por Invalidez).
- **Prestadores** de serviço (operadores): empresas contratadas para suporte ao sistema, que atuam sob instrução do FUNPRESMO e mediante cláusula de confidencialidade.

Vedação absoluta (art. 26 – LGPD)

O FUNPRESMO não vende, não cede e não compartilha dados pessoais para fins comerciais, publicitários ou com terceiros não relacionados às suas finalidades previdenciárias.

5. Retenção, Armazenamento e Descarte

Os dados pessoais são mantidos pelo prazo necessário ao cumprimento das finalidades que motivaram sua coleta ou enquanto vigente obrigação legal de guarda, observada a tabela de temporalidade documental aplicável ao setor público (arts. 15 e 16, LGPD; Lei nº 8.159/1991):

Categoria de dados	Prazo de retenção
Dados cadastrais e funcionais do segurado	Prazo indeterminado enquanto houver vínculo previdenciário ativo. Após a extinção do benefício: mínimo de 10 anos, conforme tabela de temporalidade.
Dados de saúde (laudos, perícias médicas)	Período de vigência do benefício concedido acrescido de 5 anos, conforme normas do Arquivo Nacional (CONARQ).

Registros financeiros e contábeis	Mínimo de 10 anos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e normas do TCE/GO.
Dados dos dependentes (pensão)	Enquanto vigente o benefício de pensão; após a extinção, mínimo de 10 anos.
Logs de acesso ao portal	Mínimo de 6 meses, conforme art. 15 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), prorrogável por determinação judicial.

Ao final dos prazos de retenção, os dados serão eliminados de forma segura ou anonimizados, salvo quando sua conservação for obrigatória por lei, regulamento ou determinação judicial (art. 16, LGPD).

6. Medidas de Segurança Adotadas

O FUNPRESMO adota medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração ou comunicação indevida, conforme arts. 46, 47 e 48 da LGPD:

- **Criptografia** TLS/HTTPS em todas as comunicações e no armazenamento
- **Controle** de acesso por perfil — somente servidores com atribuição específica acessam cada categoria de dados
- **Log** de auditoria de todas as ações realizadas nos sistemas previdenciários
- **Backup** periódico automatizado com armazenamento seguro
- **Treinamento** periódico da equipe em boas práticas de proteção de dados
- **Política** de senhas seguras e autenticação com controles adicionais

- **Segmentação** de dados sensíveis (saúde) em ambiente com acesso ainda mais restrito
- **Ambientes** em nuvem certificados e conformes com as normas de segurança da informação

Incidentes de Segurança (art. 48 – LGPD)

Em caso de incidente de segurança com dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular, o FUNPRESMO comunicará a ocorrência à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares afetados em prazo razoável, conforme regulamentação vigente.

7. Direitos do Titular dos Dados

O titular de dados pessoais tratados pelo FUNPRESMO possui os seguintes direitos, que podem ser exercidos gratuitamente mediante requerimento ao Encarregado (DPO), no prazo de 15 dias para resposta (arts. 18, 19 e 20 da LGPD):

- **Acesso** (art. 18, I e II): confirmar a existência dos dados e acessá-los.
- **Correção** (art. 18, III): solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Eliminação** (art. 18, VI): solicitar a eliminação de dados tratados com base no consentimento, quando aplicável.
- **Portabilidade** (art. 18, V): receber os dados em formato estruturado e interoperável, quando tecnicamente viável.
- **Informação** sobre compartilhamento (art. 18, VII): saber com quem o FUNPRESMO compartilhou seus dados.
- **Revisão** de decisões automatizadas (art. 20): solicitar revisão de decisões automatizadas que afetem seus interesses.

Limitações no Setor Público (art. 23 – LGPD)

No âmbito do setor público, alguns direitos possuem limitações quando o tratamento se fundamentar em obrigação legal ou execução de política pública. O FUNPRESMO informará os motivos de eventual impossibilidade de atendimento, no prazo de 15 dias da solicitação. Os pedidos devem ser encaminhados ao DPO: contato@funpresmo.gov.br ou (64) 992296231

8. Declaração de Ciência do Interessado

Declaro que li e compreendi todas as informações acima e estou ciente de que:

- **O** FUNPRESMO coletará meus dados cadastrais, funcionais e financeiros para análise e concessão do benefício solicitado, com base no cumprimento de obrigação legal (art. 7º, II, LGPD).
- **No** caso de solicitação de aposentadoria por invalidez, dados de saúde (sensíveis) serão coletados e tratados com proteção reforçada, com acesso restrito aos servidores responsáveis e à junta médica oficial, exclusivamente para fins de avaliação pericial.
- **No** caso de solicitação de pensão por morte, dados pessoais dos meus dependentes também serão coletados para fins de habilitação do benefício.
- **No** caso de simulação de aposentadoria, os dados fornecidos serão utilizados exclusivamente para fins estimativos, sem gerar direito ao benefício.
- **Meus** dados poderão ser compartilhados com o Ministério da Previdência Social, TCE/GO, Poder Judiciário, Prefeitura Municipal, instituições financeiras e prestadores de serviço, nas hipóteses previstas em lei, sem fins comerciais.
- **Meus** dados serão retidos pelos prazos indicados nesta declaração, conforme a tabela de temporalidade aplicável ao setor público.

- **Posso** exercer meus direitos como titular de dados (acesso, correção, informação sobre compartilhamento e outros) diretamente junto ao Encarregado (DPO) do FUNPRESMO.
- **A** Política de Privacidade completa do FUNPRESMO está disponível no portal institucional: www.funpresmo.go.gov.br/privacidade — Contato DPO: contato@funpresmo.gov.br | (64) 99229-6231

Mossâmedes/GO, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente

Nome: _____

CPF: _____

Servidor(a) Responsável pelo Recebimento

Nome: _____

Matrícula: _____

Base Legal deste documento

Lei nº 13.709/2018 (LGPD) — arts. 5º, VI; 6º, I e III; 7º, II e III; 9º; 11, II, “b”; 15; 16; 18 a 20; 23; 26; 27; 41; 46 a 48; 50, I.

Lei Complementar nº 01/2014 — arts. 7º, 8º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 28, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 70, 71, 76, 77, 78 e 95.

Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital) — art. 3º, XVII.

Portaria MTP nº 1.467/2022 — exigência de publicação da política de privacidade e indicação do DPO.

Política de Privacidade: www.funpresmo.go.gov.br/privacidade | DPO: contato@funpresmo.gov.br | Tel.: (64) 992296231 | Fundo de Previdência Social de Mossâmedes — Lei Complementar nº 01/2014